



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam as unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo n.º 0022605-12.2024.6.05.8000, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, demais legislação aplicável e, ainda, pelas condições constantes neste Edital.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 14.11.2025

Hora: 09h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro/Pregoeira: Lúcio Roberto de Oliveira

E-mail: lroliveira@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-7084

Processo SEI n.º: 0022605-12.2024.6.05.8000,

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por lote.

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado.

EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP: lotes 1, 3, 4 e 6.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ **465.246,44** (quatrocentos e sessenta e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constante(s) do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.90.39.78 - Serviços de Limpeza e Conservação.

Anexos

I – Termo de Referência

A – Relação dos Locais Onde Serão Prestados os Serviços

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Proposta-Padrão

IV – Minuta do Contrato

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam as unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia., conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER/CATMAT e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.3. Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

2.4. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:
 - a.1) suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.2) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
 - a.3) impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
 - a.4) proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
 - a.5) proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- b) direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
 - b.1) as vedações de que tratam a alínea “b” acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- d) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips
- k) **exceto para os lotes 2, 5, e 7**, empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

2.4.1. O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SECÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento do(s) campo(s) próprio(s) do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. **Não será permitida proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PARA CADA ITEM, CONSIDERANDO, TODO O PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Termo de Referência (**Anexo I** deste Edital).

4.3 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, **assinalando campo próprio do sistema**, que:

- a) está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

- b) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, quando cabíveis, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, quando cabível.

4.3.1. Para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei Complementar, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.1.1. Em relação à declaração prevista na condição acima, segundo funcionalidade do Sistema de Compras do Governo Federal, temos que:

- a) se houver item(ns) exclusivo(s) para participação de **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” impedirá a participação no certame, para aquele item;
- b) se houver item(ins) em que a participação não seja exclusiva para **ME/EPP**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.1.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme § 4º do art. 3º da referida lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.3.2. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos do instrumento convocatório, à conformidade da proposta, bem como ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

4.4. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.4.1.1. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.5. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.6. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.7. A celebração do ajuste depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.5** importa em prorrogação da validade da proposta.

SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA

4.8. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

4.9. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo ao Interior (SEADIN), através do telefone (71) 3373-7028 ou e-mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema www.gov.br/compras (**Portal de Compras do Governo Federal**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

5.3. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a Seção X deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c) Observada a **alínea “b”** acima, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos da **condição 10.4 deste Edital**.

7.3. Durante a sessão pública do pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4 Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.4.1. A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

7.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.7. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.9. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

7.10 Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

7.11. Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.

7.11.1. Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/ a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Finalizada a etapa competitiva, ocorrendo a hipótese do empate ficto prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e na **condição 8.5 deste Edital** (em relação ao(s) lote (s) não exclusivo(s) para ME/EPP), será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, caso faça jus à obtenção desse benefício nos termos do § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021, e tenha assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital**.

8.2. Havendo empate e não sendo a hipótese de preferência para ME/EPP, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

8.3. Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão utilizados, **na ordem em que se encontram enumerados** os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem :

- a) desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha selecionado o campo de declaração respectiva no momento de cadastro de sua proposta. e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital;**
- b) preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**não se aplica a este órgão, uma vez que integra a esfera federal, conforme adaptação do sistema ocorrida em 10 de julho de 2025, noticiada no Comunicado nº 28/25 da SEGES/MGI**);.
- c) sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

8.4. Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 a 8.3 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.5. Para o(s) lote(s) de **ampla concorrência**, quando houver participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.5**. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta na forma da **alínea “b”** abaixo;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.5, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.5, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.13**, ou, ainda, não ocorrendo a
- d) contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.5, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

8.6. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.5 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SECÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2 Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observada a **condição 10.5 deste Edital**.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO X – DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. Encerrada a etapa competitiva, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 10.4 a 10.4.2**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

10.2. A licitante terá o **prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema, para envio da **proposta-padrão, conforme Anexo III deste Edital**, adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro/da Pregoeira**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade de que trata a **condição 10.1** do Edital.

10.2.1. Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a licitante deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.2**.

10.2.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.2 e 10.2.1 acima, somente ensejará a desclassificação da licitante caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.

10.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços inexequíveis.

10.3.1. O(s) valor(es) máximo(s) unitário(s) admitido(s) para a contratação está(ão) estabelecido(s) na(s) planilha(s) constante(s) no Anexo II deste Edital.

10.4. Constitui indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

10.4.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 11.2.3 e 11.2.3.1** deste Edital.

10.4.2. A inexecuibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeriro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.5. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.5.1. Observado o valor máximo fixado para o lote, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá verificar, também, os preços unitários dos itens que o integram, recusando as propostas que consignarem valores unitários superiores ao preço máximo estimado para a contratação.

10.5.2. Ocorrendo a situação prevista na **condição 10.5.1.** (preço unitário dos itens integrantes do lote maior do que o preço máximo estimado para contratação), o Pregoeiro/a Pregoeira negociará com a licitante visando a obter preço menor, não sendo permitida a redistribuição da diferença entre os demais itens, ainda que o valor destes seja inferior ao preço da administração.

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. Após a fase de julgamento de que trata a **Seção X deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo:

11.1.1. Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, que:

- a) atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021**);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível (**art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021**);
- c) a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação (§ **1º do art. 63 da Lei 14.133/2021**);
- c) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**.

11.1.2. Para habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - e.1) licença sanitária** emitida pela autoridade competente estadual e/ou municipal, mediante a apresentação do respectivo alvará, ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso;
 - e.2) licença ambiental** emitida pelo órgão ambiental competente ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação se for caso.

11.1.3. Para regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.4. Para regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.5. Para qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.1.6. Para qualificação técnica:

- a) Comprovação de que a Licitante está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

técnico;

- b)** Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da apresentação da proposta e durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;
- c)** A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, de contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da licitante na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;
- d)** Comprovação de que o profissional citado na alínea “b” é o Responsável Técnico da Licitante;
- e)** Comprovação de que o Responsável Técnico da empresa já executou serviço de desratização, descupinização e desinsetização;
- f)** Comprovação por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a Licitante executou com êxito serviços de desratização, descupinização e desinsetização, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Empresa Privada, em nome da Licitante, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal.

11.1.6.1. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

11.1.6.2. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

11.1.6.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da empresa licitante.

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, devendo manter atualizadas as comprovações nela constantes, a fim de que estejam vigentes na data de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

abertura da sessão pública, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 11.2.1 a 11.3 abaixo**.

11.2.1 Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas situações elencadas na **condição 10.2** deste Edital.

11.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 11.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

11.2.3. O **Pregoeiro/A Pregoeira** poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

11.2.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.2.4. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

11.3. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.4. No caso das alíneas da **condição 11.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.5. Caso a **licitante** pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.4**.

11.6. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.8. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.9. O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO;
- d) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

11.9.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.9.2. As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

11.9.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.9.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.

11.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.11. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.12. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.13. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, **quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa**.

11.13.1. A concessão do prazo acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital**.

11.14. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.14.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 11.13 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

11.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.13**, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015.

SUBSEÇÃO II – DA CONSULTA AO CADIN

11.16. Conhecida a licitante vencedora e antes do encerramento da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

11.17. Constatada a existência de registro, o pregoeiro/a pregoeira alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá apresentar *intenção de recurso*, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

12.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.2.2. A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

12.3. Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

12.4. O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.5. Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** o recurso será apreciado pela autoridade competente.

12.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Após a adjudicação e a homologação, **será firmado contrato** com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do **Anexo III**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e Projeto Básico.

14.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, o qual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.3.1 A convocação para assinatura do contrato será precedida de consulta ao **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin** e da verificação da manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.3.1.1. A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do contrato**, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), devendo a Adjudicatária regularizar sua situação dentro do **prazo da condição 14.3 acima**, sob pena de decair o direito à contratação.

14.3.2. O contrato deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante **prévio credenciamento** do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 14.3**.

14.3.2.1. Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail protocolo@tre-ba.jus.br, com cópia para a Seção de Contratos, secont@tre-ba.jus.br, cabendo ao remetente confirmar o recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo “assunto da mensagem”, que se trata de “cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres:

- a) termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos e contratos com o TRE-BA – N.º do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0022605-12.2024.6.05.8000 .
- b) documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

14.3.2.2. Finalizado o cadastro, a requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuária externa ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura do contrato no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 14.3**.

14.3.2.3. A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 14.3.2**.

14.3.3. Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 14.3**.

14.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido na **condição 14.3**, será facultado à Administração, **através do Pregoeiro/da Pregoeira**, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.1. Considera-se proposta em iguais condições à da licitante vencedora aquela que adote o mesmo valor total a ela adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pela licitante remanescente.

14.4.2. Será concedido à licitante **o prazo de 2 (duas) horas**, contado a partir da data de convocação, para manifestação de interesse, que deverá ocorrer **mediante a apresentação da proposta, podendo o prazo ser prorrogado por igual período na forma das alíneas “a” e “b” da Condição 10.2 deste Edital**, prosseguindo-se no chamamento das demais classificadas, quando houver inobservância a esse lapso temporal ou quando a licitante manifestar **expressamente** no *chat* da sessão o seu desinteresse.

14.4.3. Para habilitação da licitante remanescente deverá ser observada a **Seção XI deste Edital**.

14.4.4. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 14.4 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

14.5.1. A regra da condição **14.5 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea “a” da condição 14.4.4.**

14.6. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

14.7. Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, quando já iniciada a execução do ajuste, a convocação dos demais licitantes classificados, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

SEÇÃO XV – MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

15.1. As definições de como será executado o objeto contratado e os requisitos da contratação, incluindo **forma, condições, local, prazos, entrega e recebimento, modelos de gestão contratual**, constam no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 16.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando;
 - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.2.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;

- b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;
- c)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f)** dar causa à inexecução total do contrato.

16.2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

16.3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

16.4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 16.1, 16.2 e 16.3 deste Edital**.

16.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

16.7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

16.8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.7 e 16.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

16.10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

16.11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts. 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

SEÇÃO XVII – DA LIQUIDACÃO E PAGAMENTO

17.1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

18.1.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail lroliveira@tre-ba.jus.br, ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 13h.

18.2. Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-7084, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

18.3. Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a) o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b) manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c) a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela Pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d) acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

19.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.1.2. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

19.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.gov.br/compras e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

19.7. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

19.8. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.9. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.9.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 28 de outubro de 2025

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam unidades da Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado.

1.3. Trata-se de serviços prestados de forma contínua, em razão de sua essencialidade para manutenção da atividade administrativa, sendo decorrentes de necessidades permanentes, cuja interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional deste Tribunal.

1.4. Será adotado como critério de julgamento o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, e o regime de execução é o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório. Justifica-se o agrupamento em lotes por conta da extensão territorial do estado da Bahia, a fim de garantir a compatibilidade, a integração eficiente e a qualidade do serviço.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A ausência de procedimentos regulares de controle de infestação por insetos e roedores torna os edifícios públicos vulneráveis à manifestação de vetores e pragas diversas (aranhas, baratas, barbeiros, caracóis, cupins, escorpiões, formigas, gafanhotos, lesmas, lagartas, moscas, mosquitos, percevejos, pombos, morcegos, ratos, ratazanas, camundongos, traças, etc...), responsáveis por danos materiais e patrimoniais consideráveis, além de serem agentes de transmissão de patologias como leptospirose, tifo, Chagas e peste bubônica. Notadamente, no que diz respeito a cupins, reproduzem-se de maneira muito veloz, têm alta capacidade de dispersão, infestam de forma generalizada e não restringem sua ação à madeira e derivados, podendo atacar tecidos, borracha, couro, plástico, gesso, tijolos, danificar fundações e estruturas e até mesmo cabos elétricos e de dados, o que poderia causar prejuízos irreparáveis ao sistema elétrico e ao banco de dados desta Justiça Especializada.

2.1.1. Diante do exposto, entendemos que o combate a pragas diversas em áreas internas e externas dos prédios da Justiça Eleitoral é imprescindível para o funcionamento adequado dos setores instalados nesses edifícios, garantindo maior proteção a magistrados, servidores, colaboradores e ao público em geral, mantendo os diversos ambientes de trabalho em bom estado de salubridade, contribuindo para a preservação do patrimônio público.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.2. A justificativa para a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional vigente, em especial ao seguinte objetivo estratégico: Prestar Serviços de Qualidade ao Público, melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho do TRE-BA e Fortalecer a relação institucional com a sociedade.

2.3. A relação entre os serviços a serem contratados, prevista no Anexo A deste Termo de Referência, e a demanda a ser suprida, restou demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e entre as obrigações da Contratada, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), adotado por este Tribunal por força da [Portaria TRE-BA nº 453/2022](#), destacam-se os seguintes requisitos:

a) utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981;

b) inutilização e descarte sustentável de embalagens, de acordo com o quanto exigido nos artigos 14 a 18 da Resolução RDC/ANVISA nº 622/2022.

4.1.2. A empresa contratada, para fins de execução dos serviços, deverá observar as normas dispostas na legislação vigente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), incluindo as disposições constantes na Resolução da RDC nº 622/2022.

4.2. VISTORIA PRÉVIA FACULTATIVA

4.2.1. A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

4.2.2. Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo do Interior (SEADIN), por meio dos telefones: 71 3373-7028, ou e-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

mail seadin@tre-ba.jus.br, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

4.3. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.3.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela Contratada, de cópia do referido instrumento, a Fiscalização do Contrato emitirá Ordem de Serviço (OS) à Contratada com vistas à programação da execução dos serviços.

4.3.2. Os serviços deverão ser realizados em 4 (quatro) etapas.

4.3.2.1. Primeira Etapa - Em até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá agendar junto à Fiscalização do Contrato a realização da primeira etapa em cada localidade, não podendo a data definida ultrapassar 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

4.3.2.2. Segunda Etapa - Transcorridos 6 (seis) meses após a data de conclusão da primeira etapa, a Contratada deverá executar os novos serviços, consistentes na repetição integral de todas as técnicas, tratamentos e aplicações realizados na primeira etapa, observado o exato cumprimento dos mesmos procedimentos e prazos para ela definidos.

4.3.2.2.1. A conclusão de cada etapa e respectiva comunicação à Contratada pela Contratante coincidirá com a data de recebimento provisório dos serviços, previsto na **alínea “a” do subitem 4.5.1** deste Termo de Referência.

4.3.2.2.2. A Fiscalização do Contrato, com base no controle da referida data, e em face da proximidade da data de escoamento do prazo de 6 (seis) meses, agendará com a Contratada a programação da execução da segunda etapa dos serviços.

4.3.2.3. Terceira e Quarta Etapas - As demais etapas (terceira e quarta) deverão ocorrer 06 (seis) meses após a conclusão de cada uma das etapas anteriores, devendo ser observado o mesmo planejamento e os mesmos prazos estabelecidos para a primeira e segunda etapas dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência.

4.3.3. Os agendamentos dos serviços serão realizados diretamente com os servidores das Unidades da Justiça Eleitoral do interior do Estado, através de contato telefônico e, posteriormente, confirmados através de e-mail que deverão ser enviados para às respectivas zonas e à SEADIN (seadin@tre-ba.jus.br);

4.3.4. Após a conclusão dos agendamentos a Contratada deverá encaminhar a Fiscalização do Contrato cronograma, com as datas e horários, de todos os serviços programados.

4.3.5. Os serviços deverão ser executados em todos os ambientes (internos e externos) e em dia e horário diversos do expediente normal dos Cartórios e Fóruns Eleitorais, cujos horários de funcionamento são das 8h às 14h.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.3.6. Nos anos em que houver Eleições, as datas para realização das etapas, **itens 4.3.2.1, 4.3.2.2 e 4.3.2.3**, poderão sofrer adiamentos devido os preparativos para o pleito, notadamente os meses de maio, agosto, setembro e outubro.

4.3.7. Áreas de Aplicação: em todas as dependências das instalações dos locais indicados no ANEXO A, em focos detectados ao longo das áreas internas e externas das referidas instalações, nas salas de arquivos e depósitos, nos telhados, nas divisórias, em galerias, nas caixas de passagens diversas, em guaritas, forros, caixas de inspeção, caixas de gordura, ralos, grelhas e dutos de esgotos, elétricos, telefônicos, bem como de refrigeração.

4.3.8. As informações descritivas dos imóveis (município, áreas construída e total, tipo de unidade administrativa e endereço/telefone) onde serão prestados os serviços de desratização, descupinização e desinsetização, constam do ANEXO A deste Termo de Referência.

4.3.9. Devido a grande extensão geográfica do Estado da Bahia, as unidades da Justiça Eleitoral, que constam no Anexo A deste, foram organizadas em 7 lotes, dipostos de acordo com a proximidade entre os municípios.

4.3.10. Os serviços de desratização, descupinização e desinsetização devem contemplar a aplicação de inseticidas no combate as pragas urbanas a exemplo de roedores, baratas, moscas, formigas, cupins, traças, moscas e demais insetos. Esses serviços serão executados nas áreas interna e externa dos imóveis relacionados neste Termo de Referência, e demais locais infestados, que pertençam às unidades territoriais envolvidas bem como:

- a)** realizar o tratamento de toda canalização de esgotos e águas pluviais, através da técnica de termonebulização;
- b)** implantar barreira química no entorno das edificações e, se necessário, fazer pulverização na área interna;
- c)** fazer tratamentos específicos à base de pulverização contra baratas, formigas e demais insetos, nas salas internas de todas as áreas construídas, incluindo plenários e gabinetes;
- d)** utilizar iscas para o controle de roedores;
- e)** fazer tratamentos específicos à base de gel contra baratas e formigas nas copas e refeitórios, onde houver;
- f)** fazer tratamento contra cupins nas áreas externas e internas, incluindo árvores e todos os jardins das edificações descritas neste Termo de Referência, exterminando as castas existentes e monitorar para que novos focos não se instalem nos ambientes já tratados;
- g)** fazer tratamento residual através da técnica de polvilhamento dos seguimentos de conduites de todas as edificações, evitando a entrada de cupins, baratas e formigas, que poderão adotar este caminho para adentrar ao ambiente tratado;
- h)** fazer uso de técnicas modernas, incluindo armadilhas, barreiras mecânicas, praguicidas de baixa toxicidade e rodízio de inseticidas, objetivando a otimização dos resultados esperados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

i) notadamente no que se refere aos serviços de desratização, estes deverão ser revisados após 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias da aplicação inicial em cada uma das etapas, com reposição de iscas onde se fizer necessário.

4.3.11. A Contratada deverá realizar vistorias técnicas, inclusive com a realização de novas ações corretivas, quando constatada a ineficiência da aplicação, com emissão de relatórios elaborados pelo seu Responsável Técnico e enviados para a Contratante;

4.3.12. Os serviços deverão ser executados de forma cuidadosa e apropriados para as áreas envolvidas. As referidas áreas envolvem:

- a) locais de trabalho de servidores da Justiça Eleitoral;
- b) ambientes para atendimento de eleitores;
- c) espaços de armazenamento de documentos;
- d) móveis e equipamentos de escritório (estantes, mesas, cadeiras, aparelhos de telefone e fax);
- e) computadores e impressoras;
- f) urnas eletrônicas;
- g) materiais e equipamentos diversos de uso da Justiça Eleitoral.

4.3.13. A execução dos serviços nos locais que abrigam urnas eletrônicas, computadores e impressoras consistirão na aplicação de produtos químicos tanto nas áreas onde estão armazenados os equipamentos, bem como nas caixas para acondicionamento das urnas.

4.3.14. Os produtos aplicados devem ter poder de eliminação suficiente para erradicar as pragas urbanas de cada local, com verificação “in loco” pela Contratada e Fiscalização do Contrato/Chefe de Cartório. A Contratada deverá rastrear as áreas aplicadas, objetivando a retirada de animais mortos que forem detectados nos locais de realização dos serviços.

4.3.15. A eficiência será comprovada com a eliminação das pragas urbanas, objeto desta contratação. Para tanto, o fiscal do contrato emitirá termo pertinente relatando tal fato. Caso ocorra reaparecimento das referidas pragas, dentro do período de garantia dos serviços, a Contratada deverá realizar novas ações corretivas.

4.4. HABILITAÇÃO

4.4.1. JURÍDICA

4.4.1.1. Deverá ser apresentado: licença sanitária emitida pela autoridade competente estadual e/ou municipal, mediante a apresentação do respectivo alvará, ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se for o caso; licença ambiental emitida pelo órgão ambiental competente ou documento comprobatório de isenção de tal obrigação, se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

for o caso.

4.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.2.1. Deverá ser apresentada:

- a) Comprovação de que a Licitante está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico;
- b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, na data da apresentação da proposta e durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;
- c) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, de contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da licitante na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;
- d) Comprovação de que o profissional citado na alínea “b” é o Responsável Técnico da Licitante;
- e) Comprovação de que o Responsável Técnico da empresa já executou serviço de desratização, descupinização e desinsetização;
- f) Comprovação por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a Licitante executou com êxito serviços de desratização, descupinização e desinsetização, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Empresa Privada, em nome da Licitante, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal.

4.4.2.2. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

4.4.2.3. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

4.4.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.5 - RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

4.5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

a) **Recebimento provisório:** os serviços constantes deste instrumento serão recebidos provisoriamente após cada uma das etapas dos serviços, a partir da comunicação por escrito da conclusão de cada uma delas pela Contratada, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nessas ocasiões, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) **Recebimento definitivo:** no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, de cada etapa a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

4.5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

4.5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao contratado.

4.5.4. Se após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o pactuado, a Fiscalização do Contrato notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução ou correção de imediato.

4.5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a CONTRATADA promovido a complementação ou correção, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente para fazer face à eventual aplicação de multa.

4.6. DA GARANTIA

4.6.1. A Contratada, concluída a execução do serviço, deverá apresentar o Termo de Garantia de Adequação do Serviço, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Identificação da Contratada com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone, e-mail, números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade e CNPJ;
- b) Nome do cliente;
- c) Endereço do imóvel;
- d) Praga(s) alvo;
- e) Data e descrição dos serviços executados;
- f) Prazo de garantia e assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- g) Identificação do produto utilizado no serviço, constando o nome do fabricante, nº do registro, princípio ativo, grupo químico, doses e respectivo antídoto;
- h) Orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) Nome e assinatura do Responsável Técnico, com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; e
- j) Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica.

4.6.2. Independentemente da apresentação de termo expresso, a garantia legal pelos vícios aparentes ou de fácil constatação será de noventa dias do recebimento definitivo do serviço.

4.6.3. A Contratada deverá oferecer garantia, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo de cada etapa.

4.6.4. Durante a vigência da garantia, a Contratada obrigar-se-á a reparar ou reexecutar, sem ônus para o Contratante, o objeto que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados que o tornem impróprio ou inadequado, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação de inconformidade.

4.6.5. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do serviço.

4.6.6. O pedido de reexecução do objeto contratado, durante o período de garantia, deverá ser formalizado por e-mail.

4.6.7. Não sendo o vício sanado no prazo do **subitem 4.6.4**, a Contratada será notificada para que reexecute o objeto contratado, em no máximo 10 dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do recebimento da notificação, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

4.6.8. A garantia, em todos os casos, engloba a proteção contra vícios, defeitos ou incorreções advindos da execução do serviço.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O contrato terá vigência de 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.1.2. As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, conforme o caso, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.2.1. Fiscal(is) do Contrato

6.2.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou, na ausência deste(s), pelo(s) substituto(s), atentando-se ao estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio.

6.2.1.2. O fiscal acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.1.3. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.1.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

6.2.1.5. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.1.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.1.7. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.

6.2.1.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a execução do empenho, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

6.2.1.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, iniciando o respectivo processo de apuração de responsabilidade contratual, observando normativo interno próprio, dando conhecimento ao gestor.

6.2.1.10. Cabe ao fiscal do contrato emitir o Termo de Recebimento Provisório do objeto, documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, se houver, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.2.2. Gestor do Contrato

6.2.2.1. Cabe ao gestor do contrato, atentando-se ao que foi estabelecido neste Termo de Referência, e sem prejuízo de observância ao disposto em normativo interno próprio:

6.2.2.1.1. Coordenar os fiscais do contrato e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, o qual deverá conter todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço ou pedido de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.2.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.2.2.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, atuando para solucionar problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, anotando-os, se necessário, no relatório de riscos eventuais.

6.2.2.1.4. Emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, salvo se designado outro responsável para tanto.

6.2.2.1.5. Assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno.

6.2.2.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, devendo contar com o auxílio dos fiscais.

6.2.2.1.7. Encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7. OBRIGACÕES DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados e representantes, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Resolução nº 3/2017;
- b)** Executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- c)** Atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência; Indicar, mediante declaração, um representante, para, durante o período de vigência do contrato, representá-la administrativamente sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;
- d)** Informar, por escrito, no início da prestação dos serviços, relação dos números dos celulares de seu responsável técnico, bem como comunicar eventuais alterações;
- e)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- f)** Registrar em livro próprio as ocorrências em relação à prestação dos serviços;
- g)** Relatar à equipe de gestão do contrato toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços;
- h)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas demandas deverão ser prontamente atendidas;
- i)** Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sempre que exigido, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes, insatisfatórios à disciplina do Tribunal ou ao interesse no serviço público, ou ainda, incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- j)** Providenciar o transporte e descarte dos entulhos e sobras de materiais oriundos dos serviços executados, observando as regras de sustentabilidade ambiental;
- k)** Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços;
- l)** Arcar com todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, especialmente com relação ao material e pessoal responsável;
- m)** Apresentar seus funcionários na execução dos serviços devidamente equipados e protegidos com todo apetrecho necessário de segurança, especificamente máscara, bota, luva, roupa, bem assim devidamente identificados através de uso de crachás;
- n)** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por seus empregados à



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Administração e/ou terceiros na execução do contrato, especialmente com relação aos documentos arquivados no edifício onde serão executados os serviços;

- o)** Fornecer todos os produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal, responsabilizando-se pelo manuseio de materiais e equipamentos.
- p)** Utilizar na execução dos serviços produtos de baixa toxicidade, liberados pelo Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgão Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- q)** Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 13 de agosto de 2021, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981;
- r)** Observar a política reversa de inutilização e descarte de embalagens, prevista nos artigos 14 a 18 da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA Nº 622, de 09 de março de 2022.
- s)** Responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- t)** Cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- u)** Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- v)** Não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- w)** Não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato;
- x)** Prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- y)** Após o término de cada etapa, a Contratada deverá deixar o local em perfeitas condições de uso (higiene e limpeza), inclusive, recomendando por escrito, as devidas precauções para evitar intoxicação de pessoas caso entrem em contato com o produto aplicado;
- aa)** Providenciar para que a aplicação dos produtos químicos não deverá oferecer risco de contaminação para pessoas, alimentos, produtos, meio ambiente, equipamentos, utensílios, etc. Para tanto, a Contratada deverá informar previamente à Administração, por meio da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

fiscalização, sobre os cuidados que devem ser tomados antes, durante e após a execução dos serviços, inclusive quanto à presença dos servidores ou quaisquer outras pessoas no local da aplicação;

bb) apresentar relação por escrito, contendo os dados dos funcionários encarregados de executar os serviços, para fins de autorização prévia e para ciência dos Chefes de Cartório;

cc) responsabilizar-se por qualquer atendimento médico em função de acidente ou mal súbito que venha ocorrer com seus empregados, cabendo-lhe todas as providências e obrigações estabelecidas em legislações específicas de acidente de trabalho, ainda que a ocorrência tenha se dado nas dependências da contratante;

dd) assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A Contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste Termo de Referência;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no Edital;

g) Assegurar livre acesso às áreas que serão submetidas aos procedimentos dos serviços de desratização, descupinização e desinsetização.

9. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

9.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) atrasar injustificadamente o início da execução dos serviços ou a conclusão destes – **0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**
- b) atrasar, no máximo até 5 dias, o atendimento para reparação ou reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreção decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor – **1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso;**
- c) não realizar a reparação ou a reexecução do objeto que apresentou, dentro do prazo de garantia, vícios ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor - **5,0% (cinco por cento) do valor total do serviço;**
- d) inexecução parcial – **10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;**
- e) inexecução total – **25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contratado.**

9.2. Ultrapassado o prazo estabelecido nas alíneas “a” do **subitem 9.1**, a Administração poderá não receber o serviço.

9.3. A aplicação da penalidade estabelecida no subitem 9.1, alínea “c”, não afasta a obrigação da devolução do valor pago pelo serviço.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo à eventual multa a ser-lhe aplicada.

10.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

11. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.

11.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

11.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

11.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

11.9. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item **11.1**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.10. Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

11.11. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

11.12. Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.13. No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
e

VP = Valor da parcela em atraso.

11.14. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

11.15. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

12.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou ainda pessoalmente, com confirmação inequívoca do recebimento.

12.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

12.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

13. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

13.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

13.2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

13.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

13.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

13.5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

13.6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

13.7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

14.1 Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que o objeto a ser contratado não abrange complexidade técnica e/ou não demanda grande capacidade econômica para sua execução/fornecimento, que possa justificar a participação de consórcio. Além disso, o mercado dispõe de várias empresas aptas a, por si só, cumprirem as obrigações do contrato. No ramo licitado é comum a participação de empresas de pequeno e médio porte que reúnem, individualmente, condições suficientes para cumprimento do contrato.

15. SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ANEXO A

**RELAÇÃO DOS LOCAIS ONDE SERÃO PRESTADOS OS SERVIÇOS DE
DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO.**

LOTE 01

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construí da (m²)	ENDEREÇO
01	Araci	90.00 e 90.00	CARTÓRIO (Imóvel Locado) – Rua Francisco Xavier, 23 – Centro. CEP: 48.760-000 – Tel: (75) 3199-6123.
02	Cícero Dantas	65.00 e 65.00	CARTÓRIO (Comodato) - Rua Jovelino Pereira dos Santos, S/Nº - Centro – CEP 48410-000. Tel: (75) 3199-8082.
03	Euclides da Cunha	200.00 e 200.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Professor Pedro Monteiro Campos, n. 68, Centro, Euclides da Cunha - BA, CEP: 48.500-000 – Tel: (75) 3199-6102.
04	Inhambupe	182.00 e 70.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida Mário Neves da Rocha, 199, Centro. CEP: 48490-000. Tel.: (75) 3199-8044.
05	Jeremoabo	205.77 e 205.77	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. José Gonçalves de Sá, 254, Centro. CEP: 48540-000. Tel.: (75) 3142-0051.
06	Monte Santo	145.50 e 145.50	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Desembargador Sálvio Martins, s/nº 264 A – Centro - CEP-48.800-000 Tel: (75) 3199-5950.
07	Nova Soure	289.37 e 101.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça 1º de Junho, 328, Centro. CEP: 48460-000. Tel.: (75) 3199-8079.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
08	Paulo Afonso	502.50 e 241.86	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Marechal Floriano Peixoto, 656, Centro. CEP: 48601-902. Tel.: (75) 3199-6183 (75) 3199-8084.
09	Ribeira do Pombal	857.00 e 298.00	Fórum Eleitoral - Avenida Evência Brito, s/nº, Centro. CEP: 48400-000. Tel.: (75) 3199-8110.
10	Serrinha	179.00 e 179.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Pedro Thiago, 327, Ginásio. CEP: 48700-000. Tel.: (75) 3199-8150.
11	Tucano	876.11 e 204.89	Fórum Eleitoral - Avenida Francisco Araujo de Souza, 397, Centro. CEP: 48790-000. Tel.: (75) 3199-6680.

LOTE 02

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
12	Baianópolis	163.60 e 163.60	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) – situado na Praça Juarez de Souza, 164 – Centro. CEP: 17830-000. Tel.: (77) 3142-0126 e (77) 3622-2139
13	Barreiras	2148.00 e 510.45	Fórum Eleitoral – Rua Padre Alfredo Hasler, s/nº, Morada da Lua. CEP: 47806-245. Tel.: (77) 3142-0170 e (77) 2018-1775.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
14	Brumado	975 e 360	Fórum Eleitoral _ Av. João Paulo I, nº 939_Bairro Campo de Aviação . CEP 46117-000. Tel.: (77) 3142-0290 e (77) 99906-7815.
15	Bom Jesus da Lapa	600.00 e 222.33	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Geraldo Lisboa, 521 – São João. CEP: 47600-000. Tel.: (77) 3142-0171.
16	Caculé	190.75 e 180.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Av. Engenheiro Artur Castilho, 183 - Centro. CEP: 46300-000. Tel.: (77) 3142-0193.
17	Guanambi	3757.20 e 1105.00	Fórum Eleitoral - Avenida Presidente Castelo Branco, S/N – Aeroporto Velho – CEP: 46430-000. Tel: (77) 3142-0164.
18	Ibotirama	374.97 e 135.79	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Lafaiete Coutinho, nº 324 - Centro . CEP: 47520-000. Tel.: (77) 3142-0173.
19	Igaporã	103.69 e 91.14	CARTÓRIO (Imóvel locado) Praça Bernardo de Brito, nº 166, Centro, CEP: 46490-000. Tel.: (77) 3142-0168.
20	Ituaçu	1460.00 e 158.40	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) Avenida José Carlos Brito, s/n - Centro CEP - 46640-000 Tel: (77) 2018-1658.
21	Jacaraci	104.00 e 64.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Pça Municipal, nº 68- – Centro. CEP: 46310- 000 . Tel. (77) 3142-0192.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
22	Lençóis	120.00 e 216.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rod BA 144, nº 113, Tomba Surrão, Lençóis/BA CEP: 46960-000 Tel: (75) 3199-8089.
23	Livramento de Nossa Senhora	300.00 e 300.00	CARTÓRIO (imóvel locado) _ Rua José Maria Tanajura, 241 _Centro. CEP: 46140-000. Tel.: (77) 2018-1601 e (77) 3444-2311
24	Luís Eduardo Magalhães	196.50 e 137,48	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Piauí, 590, QD 61 Lote 21, Mimoso do Oeste CEP.: 47850-000. Tel.: (77)2018-1905.
25	Paramirim	300.00 e 110.60	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. Divaldo Franco, 137, Térreo - Centro. CEP: 46190- 000. Tel.: (77) 2018-0811.
26	Riacho de Santana	210.00 e 210.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Lauro de Freitas, 237, Centro. CEP: 46470-000. Tel.: (77) 3142-0313.
27	São Desidério	156.70 e 156.70	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua das Palmerias, nº 408 - Centro CEP - 47820-000 Tel: (77) 2018-1600.
28	Seabra	960.00 e 320.40	Fórum Eleitoral - Rua 22 de Abril, 481, Santa Luzia. CEP: 46900-000. Tel.: (75)3199-6088.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

LOTE 03

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
29	Barra do Choça	215.34 e 186.69	CARTÓRIO (Imóvel Locado) – Avenida Getúlio Vargas, 85 – Centro. CEP: 45120-000. Tel: (77) 3142-0139 e (77) 99841-0068
30	Condeúba	18.18 e 18.18	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) Praça Nossa Senhora Aparecida, 196, Paulo VI CEP: 46200-000 Tel.: (77) 3142-0160.
31	Condeúba	60.00 e 60.00	CARTÓRIO (Imóvel locado_Arquivo) Rua Dr. Mello, 33, apt 101, Centro. CEP: 46200-000. Tel: (77) 3142-0160.
32	Encruzilhada	151.60 e 83.84	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua Paulino Primo conjugada com a Rua São José, nº 09 - CEP 45.150-000 - Tel; (77) 3142-0152.
33	Jequié	2.000.00 e 743.45	Fórum Eleitoral – Rua Gidelito Ferraz, 3-B, Jequiezinho. CEP: 45206-080. Tel.: (73) 3142-0022 e (73) 3142-0023.
34	Itambé	263.12 e 142.63	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Avenida Presidente Vargas, nº 175, Centro, CEP: 45140-000 Tel. (77) 2018-1901.
35	Maracás	155.00 e 155.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Barão do Rio Branco, 91, - Galeria Tupi – Loja 08, Centro – CEP: 45360-000. Tel.: (73) 3142-0037.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

36	Poções	257.65 e 173,00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Eurípedes Rocha Lima, 281, Centro. CEP: 45260-000. Tel.: (77) 3142-0037.
37	Vitória da Conquista	2832.40 e 1025.75	Fórum Eleitoral - Avenida Olívia Flores, s/nº, Candeias. CEP: 45055-090. Tel.: (77) 3142-0339, (77) 3142-0340 e (77) 3142-0141.

LOTE 04

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
38	Barra	146.00 e 146.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Cardoso Oliveira – nº 39, Centro. CEP: 47100-000. Tel.: (74) 2018-0977.
39	Canarana	234.24 e 234.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Durval Cardoso Pimenta, nº 158, Centro CEP – 48.970-000 – Tel: (74) 3656-214.
40	Central	100.00 e 100.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Cândido Pereira de Brito, nº 09 – Centro. CEP-44.940-000 – Tel: (74) 2018-0959.
41	Ipirá	1000.00 e 292.58	Fórum Eleitoral – Rodovia BA 052 km 86 – Centro Administrativo - CEP: 44600-000. Tel.: (75) 3199-6062.
42	Irecê	874,94 e 430,26	Fórum Eleitoral (Imóvel próprio) - Rua Fortaleza, nº 500 – Novo Horizonte. CEP: 44900-000. Tel: (74) 3641-3775.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
43	Mairi	23.51 e 23.51	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) - Rua Castorina de Oliveira Nunes, s/nº, Lapinha CEP: 44630-000. Tel: (74) 2018-0996.
44	Morro do Chapéu	317.00 e 117.64	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Walnier Bagano, 37-A, Centro . CEP: 44850-000. Tel.: (74) 2018-0955.
45	Mundo Novo	169.00 e 136.84	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Pça Jairo Moreira de Almeida, 318 – Centro CEP: 44.800-00 Tel: (74) 2018-0954.
46	Ruy Barbosa	175.16 e 175.16	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Corinto Silva, nº 82 - Centro CEP - 46800-000 Tel: (75) 3199-6087.

LOTE 05

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
47	Buerarema	250.00 e 250.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida Antônio Góes Calmon, 472, Centro. CEP: 45615-000. Tel.: (73) 3191-3166.
48	Camacan	105.00 e 105.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Av. Dr. João Vargens, nº 548, Centro CEP – 45880-000 – Tel: (73) 3199-8133.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
49	Camamu	203.24 e 203.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Doutor Alfredo Martins, 86 - Centro CEP: 45445-000. Tel.: (73) 3142-0078.
50	Eunápolis	1350.00 e 314.00	Fórum Eleitoral – Rua Adolpho Xavier Gomes, s/n, Dinah Borges - CEP: 45820-970. Tel: (73) 3191-3188.
51	Gandu	298.41 e 298.41	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Manoel Libânio da Silva, 66, Centro. CEP: 45450-000. Tel.: (73) 3191-3151.
52	Ibicaraí	30.00 e 30.00	CARTÓRIO - Fórum Eleitoral - Rua Castro Alves, s/n, Centro. CEP. 45755- 000 Tel: (73) 3142-0029.
53	Ilhéus	2025.63 e 783,90	Fórum Eleitoral - Avenida Governador Roberto Santos, s/nº, Esperança. CEP: 45658-630. Tel.: (73) 3142-0025 e (73) 3142-0026.
54	Ipiauí	89.05 e 89.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Senhor do Bonfim, 67, Centro. CEP: 45.570-000. Tel.: (73) 3142-0024.
55	Itabuna	670.82 e 670.82	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Rio Almada, 100, Góes Calmon - CEP: 45605-375. Tel.: (73) 3142-0027 e (73) 3142-0028.
56	Itagibá	143.00 e 143.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Porto Seguro, 72, Centro. CEP: 45585-000. Tel.: (73) 3191-3147.
57	Itajuípe	133.95 e 130.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Jorge Hage, 118, Centro. CEP: 45630-000. Tel: (73) 3191-3136.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
58	Itamaraju	1807.50 e 1807.50	CARTÓRIO (Imóvel comodato)- Av Getúlio Vargas, s / n CEP: 45836-000. Tel: (73) 3191-3172 e (73) 99923-2869
59	Itaparica	1380.77 e 191.77	Fórum Eleitoral - Avenida Dr. Antônio Calmon, s/nº, Centro. CEP: 44460-000. Tel.: (71) 3180-2141.
60	Itarantim	127.00 e 117.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça Luiz Viana Filho, 269 – Centro, CEP: 40000-000. Tel: (73) 3191-3138.
61	Ituberá	522.00 e 522.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Renato Braga, 97, Centro. CEP: 45435-000. Tel.: (73) 3142-0032.
62	Medeiros Neto	93.20 e 93.20	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua do Gama, 12, Planalto 1. CEP: 45.960-000. Tel.: (73) 3191-3153.
63	Nazaré	220.00 e 220.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Padre Antunes, 11 – Centro, CEP. 44400- 000, tel. (75) 3142-0830.
64	Porto Seguro	909.80 e 204.89	Fórum - Rua da Jaqueira, Quadra H, 5Y, Tabapiri. CEP: 45810-000. Tel.: (73) 3191-3121 e (73) 3191-3122.
65	Prado	100.00 e 76.80	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Getúlio Vargas, nº 60 - Centro. CEP: 45980-000. Tel.: (73) 3191-3112 e (73) 99956-1893.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
66	Teixeira de Freitas	600.00 e 170.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Avenida Uirapuru, nº 1916 – Monte Castelo. CEP: 45995-000. Tel: (73) 3291-4204.
67	Ubatã	180.00 e 90.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Henrique Ferreira Borges, 134, Térreo – Lomanto Júnior - CEP: 45550-000. Tel.: (73) 3191-3134.
68	Valença	1000.00 e 317.85	Fórum Eleitoral – Rua Guido Araújo Magalhães, s/n – Novo Horizonte, CEP: 45400-000, Tel: (75) 3199-6031.
69	Wenceslau Guimarães	189.28 e 128.38	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Praça Nair Lopes Jenkins, 106 – Rua Rio das Almas 90 H, Centro, CEP: 45.460-000 – Tel: (73) – 3742-0197.

LOTE 06

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
70	Capim Grosso	126.00 e 126.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Deputado Rocha Pires, nº 250 - Oliveira CEP - 44820-021
71	Conceição do Coité	300.00 e 456.30	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Padre Madureira, 182 - Madureira. CEP: 48730-000. Tel.: (75) 3199-8132.
72	Itiúba	32.00 e 32.00	CARTÓRIO (Imóvel em comodato) - Rua XV de novembro, s/n – CEP 48850- 000 – Tel: (74) 2018-0949.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
73	Jacobina	2130.00 e 604.10	Fórum Eleitoral - Avenida João Fraga Brandão, s/nº, Centro. CEP: 44700-000. Tel.: (74) 2018-0846 e (74) 3621-3665.
74	Juazeiro	1616.43 e 773.45	Fórum Eleitoral - Rua dos Bandeirantes, s/nº, João XXIII. CEP: 48900-000. Tel.: (74) 2018-0847 e (74) 3611-5219.
75	Miguel Calmon	96.75 e 96.75	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Avenida José Otávio Sena, 210, Centro, CEP: 44720-000. Tel.: (74) 2018-0803.
76	Queimadas	526.00 e 455.83	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Dr. Elzio Ferreira de Souza, 113 - Centro - CEP - 48.860-000. Tel: (75) 3199-8016.
77	Remanso	192.00 e 164.71	CARTÓRIO (Imóvel em comodato) - Rua Rui Ribeiro, 109, Quadra 06, Centro. CEP: 47200-000. Tel.: (74) 2018-0967.
78	Retirolândia	308.00 e 108.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Joana Angélica, 113, Centro - CEP: 40.000.00 (75) 3199-8196.
79	Riachão do Jacuípe	300.00 e 145.80	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Antônio Quintino da Silva nº 48, Tanque da Nação - CEP: 44640-000. Tel.: (75) 3199-8114.
80	Saúde	255.00 e 255.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Travessa 02 de julho, nº 93- CEP: 44740-000. Tel.: (74) 2018-0815.
81	Senhor do Bonfim	136.30 e 136.30	Arquivo (imóvel locado) – Av. Antônio Laurindo, 220 – Centro - CEP. 48970-000 Tel.: (74) 2018-0845.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
82	Valente	185.78 e 185.78	CARTÓRIO (Imóvel locado) Pça Manuel Novaes, nº 84 - Centro CEP - 48890-000 Tel: 3199-8120.

LOTE 07

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
83	Alagoinhas	350.00 e 264.00	Fórum Eleitoral - Avenida Ayrton Senna da Silva, s/nº, Alagoinhas Velha. CEP: 48030-640. Tel.:(75) 3199-8163.
84	Amargosa	337.00 e 235.82	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Praça da Bandeira (Bosque), 417, Centro. CEP: 45300-000. Tel.: (75) 3199-8036.
85	Camaçari	1865.00 e 937.68	Fórum Eleitoral – Avenida do Contorno, s/nº, Centro Administrativo de Camaçari. CEP: 42800-000. Tel.: (71) 2180-0670 e (75) 2180-0671.
86	Castro Alves	63.70 e 63.70	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Travessa Benjamin Constant, s/n Centro. CEP: 44500-000. Tel.: (75) 3199-8043.
87	Catu	166.40 e 85.05	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Ministro Ernesto Simões Filho, 370 - Centro. CEP: 45450-00 Tel. (73) 3190-1129.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construí da (m²)	ENDEREÇO
88	Conceição do Jacuípe	105.00 e 105.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Tancredo Neves, 06, Centro. CEP: 44245-000. Tel.: (75) 3199-6192.
89	Cruz das Almas	2000.00 e 340.28	Fórum Eleitoral - Rua Dr. Clodoaldo Gomes da Costa, s/nº, Miradouro. CEP: 44.380-000. Tel.: (75) 3199-6142.
90	Dias D' Ávila	182.24 e 182.24	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Campo Alegre, nº 156 - Centro CEP-42.850-000 – Tel: (71) 33625-1829.
91	Entre Rios	88.38 e 82.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Praça Cônego Félix, 69 - Centro CEP-48180-000 Tel: (75) 3199-8144.
92	Feira de Santana	1350.00 e 314.00	Fórum Eleitoral - Avenida José Falcão da Silva, s/nº, Queimadinha. CEP: 44050- 512. Tel.: (75) 3199-8154, (75) 3199-8155, (75) 3199-8156 e (75) 3199-8157.
93	Feira de Santana	7.392 e 1229.00	CAT II (Galpão Feira) – Avenida Rio de Janeiro, 1739, Pedra do Descanso. CEP: 44007-775.
94	Irará	300.00 e 172.92	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Pça Cel Pedro, 162 – Centro – CEP.44.255- 000 – Tel: (75) 3199-8074.
95	Lauro de Freitas	110.00 e	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Silvandir F. Chaves, 108, Qdra K, Lotes 3 e 4, Edf. Empresarial Torre Business – Lot. Jardim Aeroporto - CEP: 42700- 000.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construída (m²)	ENDEREÇO
		110.00	Tel.: (71) 2180-0680.
96	Mata de São João	150.00 e 150.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Quintino Bocaiúva, 110, Centro. CEP: 48280-000. Tel.: (71) 3373-9185.
97	Muritiba	176.23 e 176.23	CARTÓRIO (locado) - Rua Professora Auta Andrade Souza, 251, Centro. CEP: 44340-000. Tel.: (75) 3199-8131.
98	Mutuípe	190.40 e 190.40	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Av. Dr. Bartolomeu Chaves, 177 – Centro CEP. 45.480-000 Tel: (75) 3199-8109.
99	Santo Antônio de Jesus	425.00 e 188.37	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Vereador Albertino Lira, nº 05, Lot. Quinta do Inglês - CEP: 44570-000 Tel: (75) 3199-8056 e (75) 3199-6202.
100	São Francisco do Conde	163.51 e 163.51	CARTÓRIO (Imóvel em Comodato) – Rua Maria Quitéria, 17-A, São João Batista, CEP 43900-000 Tel: (71) 3190-2162.
101	São Felipe	160.00 e 110.69	CARTÓRIO (Imóvel locado) – Rua Presidente Castelo Branco, 216 BL-A, Centro. CEP: 44550- 000. Tel.: (75) 31998184.
102	São Gonçalo Campos	375.00 e 104.75	CARTÓRIO (Imóvel locado) - Rua Amancinho Pedreira nº 13, Centro. CEP: 44330-000 Tel.: (75) 3199-1128.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

ITEM	MUNICÍPIO	Área Total e Área Construí da (m²)	ENDEREÇO
103	São Sebastião do Passé	175.00 e 175.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Antônio Couto, 22, Praça São Roque, CEP - 43.850-000. Tel: (71) 3190-1128.
104	Rio Real	130.00 e 130.00	CARTÓRIO (Imóvel locado) Rua Engenheiro Ademar Fontes, S/N , Centro - CEP 48330-00 – Tel (75) 3199-8049.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade do item	valor total do item
1	1	Araci	Unidade	1	R\$ 2.152,80
1	2	Cícero Dantas	Unidade	1	R\$ 1.690,00
1	3	Euclides da Cunha	Unidade	1	R\$ 4.200,00
1	4	Inhambupe	Unidade	1	R\$ 3.865,68
1	5	Jeremoabo	Unidade	1	R\$ 4.304,72
1	6	Monte Santo	Unidade	1	R\$ 3.189,36
1	7	Nova Soure	Unidade	1	R\$ 5.868,44
1	8	Paulo Afonso	Unidade	1	R\$ 9.828,92
1	9	Ribeira do Pombal	Unidade	1	R\$ 2.091,08
1	10	Serrinha	Unidade	1	R\$ 3.809,12
1	11	Tucano	Unidade	1	R\$ 2.137,72
				Valor do lote	R\$ 43.137,84
2	12	Baianópolis	Unidade	1	R\$ 4.247,04
2	13	Barreiras	Unidade	1	R\$ 5.241,12
2	14	Brumado	Unidade	1	R\$ 3.393,00
2	15	Bom Jesus da Lapa	Unidade	1	R\$ 4.368,00
2	16	Caculé	Unidade	1	R\$ 4.738,24
2	17	Guanambi	Unidade	1	R\$ 8.265,84
2	18	Ibotirama	Unidade	1	R\$ 8.249,36
2	19	Igaporã	Unidade	1	R\$ 3.127,28
2	20	Ituaçu	Unidade	1	R\$ 4.263,20
2	21	Jacaraci	Unidade	1	R\$ 3.215,68



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade do item	valor total do item
2	22	Lençóis	Unidade	1	R\$ 3.513,60
2	23	Livramento de Nossa Senhora	Unidade	1	R\$ 6.864,00
2	24	Luís Eduardo Magalhães	Unidade	1	R\$ 5.336,96
2	25	Paramirim	Unidade	1	R\$ 6.864,00
2	26	Riacho de Santana	Unidade	1	R\$ 5.182,80
2	27	São Desidério	Unidade	1	R\$ 4.594,44
2	28	Seabra	Unidade	1	R\$ 3.379,20
				Valor do lote	R\$ 84.843,76
3	29	Barra do Choça	Unidade	1	R\$ 5.202,60
3	30	Condeúba	Unidade	1	R\$ 594,12
3	31	Condeúba	Unidade	1	R\$ 1.960,80
3	32	Encruzilhada	Unidade	1	R\$ 3.941,60
3	33	Jequié	Unidade	1	R\$ 4.960,00
3	34	Itambé	Unidade	1	R\$ 6.020,20
3	35	Maracás	Unidade	1	R\$ 4.085,80
3	36	Poções	Unidade	1	R\$ 5.998,08
3	37	Vitória da Conquista	Unidade	1	R\$ 6.344,56
				Valor do lote	R\$ 39.107,76
4	38	Barra	Unidade	1	R\$ 3.994,56
4	39	Canarana	Unidade	1	R\$ 5.321,92
4	40	Central	Unidade	1	R\$ 2.820,00
4	41	Ipirá	Unidade	1	R\$ 2.520,00
4	42	Irecê	Unidade	1	R\$ 2.659,80
4	43	Mairi	Unidade	1	R\$ 768,32



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade do item	valor total do item
4	44	Morro do Chapéu	Unidade	1	R\$ 6.783,80
4	45	Mundo Novo	Unidade	1	R\$ 4.022,20
4	46	Ruy Barbosa	Unidade	1	R\$ 3.895,56
				Valor do lote	R\$ 32.786,16
5	47	Buerarema	Unidade	1	R\$ 5.850,00
5	48	Camacan	Unidade	1	R\$ 3.074,40
5	49	Camamu	Unidade	1	R\$ 4.902,16
5	50	Eunápolis	Unidade	1	R\$ 3.996,00
5	51	Gandu	Unidade	1	R\$ 6.756,00
5	52	Ibicaraí	Unidade	1	R\$ 980,40
5	53	Ilhéus	Unidade	1	R\$ 5.185,60
5	54	Ipiaú	Unidade	1	R\$ 2.069,52
5	55	Itabuna	Unidade	1	R\$ 2.763,76
5	56	Itagibá	Unidade	1	R\$ 3.861,00
5	57	Itajuípe	Unidade	1	R\$ 3.691,68
5	58	Itamaraju	Unidade	1	R\$ 4.699,52
5	59	Itaparica	Unidade	1	R\$ 3.755,68
5	60	Itarantim	Unidade	1	R\$ 3.479,80
5	61	Ituberá	Unidade	1	R\$ 10.920,24
5	62	Medeiros Neto	Unidade	1	R\$ 2.165,96
5	63	Nazaré	Unidade	1	R\$ 5.288,80
5	64	Porto Seguro	Unidade	1	R\$ 3.093,32
5	65	Prado	Unidade	1	R\$ 3.060,00
5	66	Teixeira de Freitas	Unidade	1	R\$ 2.448,00
5	67	Ubatã	Unidade	1	R\$ 4.550,40



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade do item	valor total do item
5	68	Valença	Unidade	1	R\$ 3.440,00
5	69	Wenceslau Guimarães	Unidade	1	R\$ 4.724,44
				Valor do lote	R\$ 94.756,68
6	70	Capim Grosso	Unidade	1	R\$ 3.235,68
6	71	Conceição do Coité	Unidade	1	R\$ 6.456,00
6	72	Itiúba	Unidade	1	R\$ 1.045,76
6	73	Jacobina	Unidade	1	R\$ 5.367,60
6	74	Juazeiro	Unidade	1	R\$ 4.073,40
6	75	Miguel Calmon	Unidade	1	R\$ 2.681,92
6	76	Queimadas	Unidade	1	R\$ 10.667,28
6	77	Remanso	Unidade	1	R\$ 4.454,40
6	78	Retirolândia	Unidade	1	R\$ 6.615,84
6	79	Riachão do Jacuípe	Unidade	1	R\$ 6.300,00
6	80	Saúde	Unidade	1	R\$ 5.548,80
6	81	Senhor do Bonfim	Unidade	1	R\$ 3.336,64
6	82	Valente	Unidade	1	R\$ 4.258,08
				Valor do lote	R\$ 64.041,40
7	83	Alagoinhas	Unidade	1	R\$ 7.154,00
7	84	Amargosa	Unidade	1	R\$ 7.063,52
7	85	Camaçari	Unidade	1	R\$ 4.252,20
7	86	Castro Alves	Unidade	1	R\$ 1.984,88
7	87	Catu	Unidade	1	R\$ 3.734,00
7	88	Conceição do Jacuípe	Unidade	1	R\$ 2.511,60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade do item	valor total do item
7	89	Cruz das Almas	Unidade	1	R\$ 4.560,00
7	90	Dias D' Ávila	Unidade	1	R\$ 3.950,96
7	91	Entre Rios	Unidade	1	R\$ 2.442,84
7	92	Feira de Santana	Unidade	1	R\$ 3.024,00
7	93	Feira de Santana	Unidade	1	R\$ 13.601,28
7	94	Irará	Unidade	1	R\$ 6.144,00
7	95	Lauro de Freitas	Unidade	1	R\$ 2.846,80
7	96	Mata de São João	Unidade	1	R\$ 3.588,00
7	97	Muritiba	Unidade	1	R\$ 4.159,04
7	98	Mutuípe	Unidade	1	R\$ 4.424,88
7	99	Santo Antônio de Jesus	Unidade	1	R\$ 8.789,00
7	100	São Francisco do Conde	Unidade	1	R\$ 3.924,24
7	101	São Felipe	Unidade	1	R\$ 3.852,80
7	102	São Gonçalo Campos	Unidade	1	R\$ 7.455,00
7	103	São Sebastião do Passé	Unidade	1	R\$ 3.969,00
7	104	Rio Real	Unidade	1	R\$ 3.140,80
				Valor do lote	R\$ 106.572,84
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 465.246,44

OBS: Não é permitida a apresentação de proposta com quantidade inferior à prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO III

PROPOSTA-PADRÃO

PROPOSTA PADRÃO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE

FIRMA OU DENOMINAÇÃO:

CNPJ/MF N.º: ENDEREÇO:.....

TEL.: MUNICÍPIO: E-MAIL:

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
1	1	Araci	metro quadrado por etapa	90	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	2	Cícero Dantas	metro quadrado por etapa	65	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	3	Euclides da Cunha	metro quadrado por	200	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
			etapa					
1	4	Inhambupe	metro quadrado por etapa	182	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	5	Jeremoabo	metro quadrado por etapa	205,77	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	6	Monte Santo	metro quadrado por etapa	145,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	7	Nova Soure	metro quadrado por etapa	289,37	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	8	Paulo Afonso	metro quadrado por etapa	502,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	9	Ribeira do Pombal	metro quadrado por etapa	857	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
1	10	Serrinha	metro quadrado por etapa	179	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
1	11	Tucano	metro quadrado por etapa	876,11	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	12	Baianópolis	metro quadrado por etapa	163,6	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	13	Barreiras	metro quadrado por etapa	2148	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	14	Brumado	metro quadrado por etapa	975	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	15	Bom Jesus da Lapa	metro quadrado por etapa	600	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	16	Caculé	metro quadrado por etapa	190,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
2	17	Guanambi	metro quadrado por etapa	3757,2	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	18	Ibotirama	metro quadrado por etapa	374,97	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	19	Igaporã	metro quadrado por etapa	103,69	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	20	Ituaçu	metro quadrado por etapa	1460	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	21	Jacaraci	metro quadrado por etapa	104	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	22	Lençóis	metro quadrado por etapa	120	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	23	Livramento de Nossa Senhora	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
2	24	Luís Eduardo Magalhães	metro quadrado por etapa	196,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	25	Paramirim	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	26	Riacho de Santana	metro quadrado por etapa	210	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	27	São Desidério	metro quadrado por etapa	156,7	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
2	28	Seabra	metro quadrado por etapa	960	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	29	Barra do Choça	metro quadrado por etapa	215,34	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	30	Condeúba	metro quadrado por etapa	18,18	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
3	31	Condeúba	metro quadrado por etapa	60	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	32	Encruzilhada	metro quadrado por etapa	151,6	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	33	Jequié	metro quadrado por etapa	2000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	34	Itambé	metro quadrado por etapa	263,12	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	35	Maracás	metro quadrado por etapa	155	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	36	Poções	metro quadrado por etapa	257,65	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
3	37	Vitória da Conquista	metro quadrado por etapa	2832,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
4	38	Barra	metro quadrado por etapa	146	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	39	Canarana	metro quadrado por etapa	234,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	40	Central	metro quadrado por etapa	100	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	41	Ipirá	metro quadrado por etapa	1000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	42	Irecê	metro quadrado por etapa	874,94	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	43	Mairi	metro quadrado por etapa	23,51	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	44	Morro do Chapéu	metro quadrado por etapa	317	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
4	45	Mundo Novo	metro quadrado por etapa	169	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
4	46	Ruy Barbosa	metro quadrado por etapa	175,16	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	47	Buerarema	metro quadrado por etapa	250	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	48	Camacan	metro quadrado por etapa	105	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	49	Camamu	metro quadrado por etapa	203,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	50	Eunápolis	metro quadrado por etapa	1350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	51	Gandu	metro quadrado por etapa	298,41	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	52	Ibicaraí	metro quadrado por etapa	30	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	53	Ilhéus	metro quadrado por etapa	2025,63	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	54	Ipiaú	metro quadrado por etapa	89,05	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	55	Itabuna	metro quadrado por etapa	670,82	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	56	Itagibá	metro quadrado por etapa	143	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	57	Itajuípe	metro quadrado por etapa	133,95	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	58	Itamaraju	metro quadrado por etapa	1807,5	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	59	Itaparica	metro quadrado por etapa	1380,77	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	60	Itarantim	metro quadrado por etapa	127	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	61	Ituberá	metro quadrado por etapa	522	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	62	Medeiros Neto	metro quadrado por etapa	93,2	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	63	Nazaré	metro quadrado por etapa	220	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	64	Porto Seguro	metro quadrado por etapa	909,8	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	65	Prado	metro quadrado por etapa	100	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
5	66	Teixeira de Freitas	metro quadrado por etapa	600	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	67	Ubatã	metro quadrado por etapa	180	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	68	Valença	metro quadrado por etapa	1000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
5	69	Wenceslau Guimarães	metro quadrado por etapa	189,28	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	70	Capim Grosso	metro quadrado por etapa	126	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	71	Conceição do Coité	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	72	Itiúba	metro quadrado por etapa	32	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
6	73	Jacobina	metro quadrado por etapa	2130	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	74	Juazeiro	metro quadrado por etapa	96,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	75	Miguel Calmon	metro quadrado por etapa	96,75	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	76	Queimadas	metro quadrado por etapa	526	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	77	Remanso	metro quadrado por etapa	192	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	78	Retirolândia	metro quadrado por etapa	308	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	79	Riachão do Jacuípe	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
6	80	Saúde	metro quadrado por etapa	255	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	81	Senhor do Bonfim	metro quadrado por etapa	136,3	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
6	82	Valente	metro quadrado por etapa	185,78	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	83	Alagoinhas	metro quadrado por etapa	350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	84	Amargosa	metro quadrado por etapa	337	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	85	Camaçari	metro quadrado por etapa	1865	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	86	Castro Alves	metro quadrado por etapa	63,7	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	87	Catu	metro quadrado por etapa	166,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	88	Conceição do Jacuípe	metro quadrado por etapa	105	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	89	Cruz das Almas	metro quadrado por etapa	2000	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	90	Dias D'Ávila	metro quadrado por etapa	182,24	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	91	Entre Rios	metro quadrado por etapa	88,38	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	92	Feira de Santana	metro quadrado por etapa	1350	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	93	Feira de Santana	metro quadrado por etapa	7392	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	94	Irará	metro quadrado por etapa	300	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	95	Lauro de Freitas	metro quadrado por etapa	110	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	96	Mata de São João	metro quadrado por etapa	150	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	97	Muritiba	metro quadrado por etapa	176,23	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	98	Mutuípe	metro quadrado por etapa	190,4	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	99	Santo Antônio de Jesus	metro quadrado por etapa	425	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	100	São Francisco do Conde	metro quadrado por etapa	163,51	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

lote	item	descrição	unidade de fornecimento	quantidade por etapa (m²)	valor unitário (R\$/m²)	valor total por etapa (a)	quantidade de etapas (b)	valor total do item (a × b)
7	101	São Felipe	metro quadrado por etapa	160	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	102	São Gonçalo Campos	metro quadrado por etapa	375	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	103	São Sebastião do Passé	metro quadrado por etapa	175	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -
7	104	Rio Real	metro quadrado por etapa	130	R\$ -	R\$ -	4	R\$ -

Salvador, de..... de 20XX.

Representante legal da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90005/2025

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTINUADOS DE
DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E
DESINSETIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS
DOS PRÉDIOS ONDE FUNCIONAM AS
UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO
INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA

.....

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone n.º (XX) XXXXXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS ONDE FUNCIONAM AS UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL NO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA.**, albergado na Lei n.º 14.133/2021, resultante do **Pregão n.º 90005/2025**, consoante Processo (SEI) n.º 0022605-12.2024.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de desratização, descupinização e desinsetização das dependências dos prédios onde funcionam as unidades da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Justiça Eleitoral no interior do estado da Bahia., conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 90005/2025 e na proposta firmada pela Contratada.

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 2.1. o Termo de Referência;
 - 2.2. o Edital da Licitação;
 - 2.3. a Proposta da Contratada;
 - 2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar de 07/08/2025 data do orçamento estimado, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento xxxx.“xxxxxxxx”, vinculado à Ação xxxxxxxx– “xxxxxxxx”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho nº 20XXNEXXXX, em xx de xxxxxxxx de 20XX.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL

1. As definições de como será executado o objeto contratado e os requisitos da contratação, incluindo **forma, condições, local, prazos, entrega e recebimento, modelos de gestão contratual**, constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;
- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:
- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
 - b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
 - c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
 - d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
 - e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista **no item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:
 - a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
 - b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

d) dar causa à inexecução total do contrato.

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 acima.

5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do art. 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.
10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.
11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts.166 e 167 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DIVULGAÇÃO

1. A divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a sua eficácia e de seus aditamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.
7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado de acordo com as normas contidas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90005/2025 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA